

# O Curso de Administradores Escolares do IEUSP (1935-1938): A Gênese do Curso de Pedagogia

*The Course of School Administrators  
of IEUSP (1935-1938): The Pedagogy Course Genesis*

---

**Viviane Lovatti Ferreira<sup>1</sup>**

Programa de Estudos Pós-Graduados em  
Educação Matemática (PUC/SP)  
vlovatti@usp.br

**Laurizete Ferragut Passos<sup>2</sup>**

Programa de Estudos Pós-Graduados em  
Educação Matemática (PUC/SP)  
laurizetefer@pucsp.br

As transformações econômicas e culturais pelas quais passou o país nas primeiras décadas do século XX teriam concebido a escola como a instituição responsável pelo desenvolvimento e progresso do país. A demanda pela escolarização no início do século XX exigiu uma formação de professores para atuação nas escolas elementares, e as Escolas Normais foram instituições responsáveis pela formação de professores de primeiras letras. Nessas instituições, surgiram as primeiras experiências de curso “pós-normal”. A Escola Normal foi considerada o germen dos cursos superiores de formação do pedagogo no Brasil (BRZEZINSKI, 2010). Este trabalho teve como objetivo contextualizar historicamente o curso de administradores escolares, oferecido pelo Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (IEUSP) entre 1935 e 1938. Fundamentando-se na perspectiva da história do currículo, esta pes-

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda, Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> Supervisora de estágio pós-doutoral.

quisa dialogou especialmente com as ideias centrais de Ivor Goodson, que compreende o currículo como construção social, investigando como e por que determinado conhecimento é ensinado em determinado contexto histórico. A metodologia de pesquisa apoiou-se na análise documental, partindo da revisão bibliográfica referente ao tema, e o estudo dos programas de ensino, da legislação educacional e dos prontuários e diplomas de ex-alunos obtidos no Acervo Histórico Caetano de Campos.

## A Escola Normal: A Gênese do Curso de Pedagogia

A gênese da profissão de pedagogo no Brasil é anterior à sua constituição enquanto curso superior. A origem do curso de Pedagogia estaria intimamente relacionada à própria história da Escola Normal, instituição criada no Brasil no século XIX com o objetivo de formar o professor de primeiras letras. Alguns estudos realizados (CRUZ, 2011; SAVIANI, 2008; BRZEZINSKI, 2010; CASTRO, 2007) apresentam a relação parental que se desenvolveu entre a Escola Normal e o Curso de Pedagogia, tendo em vista que o curso de Pedagogia teria, como uma de suas funções, formar professores para atuação no ensino secundário e na Escola Normal (BRZEZINSKI, 2010).

Os estudos de NÓVOA (1995) sobre a história da profissionalização docente em Portugal vem sendo difundidos e tomados como referência em outros países. Para este autor, o processo de estatização do ensino consistiu na substituição de professores religiosos por um corpo laico, sem que, no entanto, tenham ocorrido mudanças significativas nas motivações e nas normas da profissão docente. A partir do final do século XVIII em Portugal, passou a ser proibido lecionar sem que o professor possuísse uma licença concedida pelo Estado. Para NÓVOA (1995), a criação desta licença constituiu-se em um momento decisivo do processo de profissionalização da atividade docente, facilitando a definição de competências técnicas e servindo de base para a seleção de professores e para o delineamento de uma carreira docente. As escolas normais representaram uma importante conquista do professorado, pois elas passaram a representar um lugar central na produção e reprodução do corpo de saberes bem como do sistema de normas da profissão docente, *“desempenhando um papel crucial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos e de uma ideologia comum”* (NÓVOA, 1995, p. 18).

A criação de estabelecimentos destinados à formação de professores no Brasil está intimamente relacionada à institucionalização da instrução pública no mundo moderno. Antes da criação oficial das primeiras escolas formadoras de professores de primeiras letras, havia uma preocupação em selecionar professores para atuar nas escolas de primeiras letras (TANURI, 2000). Segundo a autora, a Lei de 15/10/1827, que ordenou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas do Império, também estabelecia critérios para a seleção de professores para o exercício docente nestas escolas. E antes mesmo da criação oficial das escolas que preparariam os futuros mestres, as escolas de ensino mútuo – instaladas no Império a partir de 1820 – preocupavam-se com a preparação de professores, além de dedicar-se apenas ao ensino das primeiras letras.

Com o Ato Adicional de 1834, a instrução primária passou a ser responsabilidade das províncias. Surgiram, então, as primeiras escolas responsáveis pela formação de professores de primeiras letras. A Escola Normal surgiu no Brasil no século XIX, em conseqüência a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834. Por meio de iniciativas isoladas, as províncias foram criando suas Escolas Normais, com o objetivo de formar professores para as escolas de primeiras letras (ROMANELLI, 2001). A exemplo de Niterói, cidade da província do Rio de Janeiro que criou a primeira Escola Normal em 1835 (VILLELA, 1990), outras províncias foram criando suas próprias instituições, movimento que contou com várias interrupções e reaberturas, tais como Bahia (1836), Mato Grosso (1842), São Paulo (1846), Piauí (1864), Rio Grande do Sul (1869), Paraná e Sergipe (1870), Espírito Santo e Rio Grande do Norte (1873), Paraíba (1879), Rio de Janeiro (capital) e Santa Catarina (1880), e Goiás (1884). De início, seu currículo resumia-se aos conteúdos ministrados nas escolas de primeiras letras, não havendo uma preocupação com a formação didático-pedagógica dos professores:

O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias que integravam o currículo das escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, excluindo-se ou, pelo menos, secundarizando o preparo didático-pedagógico sob forma intencional e sistemática (SAVIANI, 2008, p. 15).

Tanuri (2000) quando se refere à instalação das primeiras Escolas Normais no Brasil, afirma que tais instituições possuíam instalações precárias, currículo insatisfatório e grande carência de professores:

A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, esta limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. A infra-estrutura disponível, tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos da época. A frequência foi reduzidíssima, muito embora a legislação das diversas províncias proporcionasse provimento nas cadeiras do ensino primário aos egressos das escolas normais independentemente de concurso. Nessas condições, tais escolas foram freqüentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a partir dos anos finais do Império (TANURI, 2000, p. 65).

No caso da Escola Normal de São Paulo, houve algumas aberturas e interrupções (MONARCHA, 1999). Na década de 1880, por meio da análise dos discursos acerca do currículo da formação de professores, presumia-se que o professor deveria aprender necessariamente aquilo que iria ensinar em sala de aula:

O professor só pode se formar fazendo um estudo especial e aprofundado das matérias que tem de ensinar, dando sempre desse estudo uma feição prática de transmissão de conhecimentos adquiridos por meio de exercícios nas escolas primárias anexas – chamadas de preparação –, e isso somente se pode realizar mediante um curso regular e metódico (Sá e Benevides in MONARCHA, 1999, p. 116-117).

O padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais foi fixado somente após a Proclamação da República (1889), a partir da Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1890). Tal reforma foi evidenciada pelo fortalecimento dos conteúdos curriculares já existentes, dando-se uma ênfase nos exercícios práticos de ensino, que se caracterizou como a principal inovação da reforma. A criação de uma escola de aplicação, anexa à Escola Normal, tornou-se referência para a formação de professores. Os reformadores compreendiam a preparação didático-pedagógica como necessária à formação de professores. Visando fornecer formação aos professores das Escolas Normais, previu-se a criação de um curso superior, anexo à Escola Normal de São Paulo (SAVIANI, 2008).

Nas primeiras décadas do século XX, emergia um movimento de renovação pedagógica, tendo como objetivo romper com os moldes da escola tradicional. O movimento renovador da educação, popularmente conhecido como movimento da Escola Nova, tem suas origens nas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos e na Europa, e acabou provocando várias reformas educacionais ao longo dos anos 1920 e 1930 em diversos estados brasileiros<sup>3</sup>. A criação de um sistema nacional de ensino, que se configurou na década de 1930, teve como eixo norteador a constituição do sistema escolar paulista que se configurou ainda nos anos 1920. A Reforma Sampaio Dória (1920) foi a primeira reforma pedagógica que trouxe uma padronização para o sistema de ensino paulista, instituindo a obrigatoriedade do ensino bem como a inspeção escolar, tanto em relação a alunos quanto a professores, objetivando um controle maior da frequência à escola. As demais reformas, empreendidas em outros estados, assemelhavam-se à reforma do estado de São Paulo por instituir algumas estratégias de formação da nacionalidade, criar órgãos fiscalizadores e de inspeção escolar, além de aplicar o recenseamento como instrumento para efetivar o controle de matrícula e a frequência escolar, levando em conta as especificidades locais (MATE, 2002).

Durante as primeiras décadas do século XX, com a intenção de se erguer como nação pautada na modernidade, o país elegeu a educação como elemento primordial para a promoção do desenvolvimento social e econômico. Tendo assumido o governo federal após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde em 1931 para tratar dos assuntos educacionais.

Intimamente relacionada à escola primária, a formação de professores apresentou-se como o *locus* das reformas empreendidas nos diversos estados brasileiros. As experiências consolidadas de alguns países serviram como referências para que se constituísse um modelo de formação de professores no Brasil, tais como o *Teacher's College* nos Estados Unidos, a Escola Normal Superior na França, o Instituto Pedagógico da Universidade de Louvain na Bélgica, e o

---

<sup>3</sup> De acordo com os artigos publicados em MIGUEL et al (2011), verificamos a presença do ideário escolanovista em diversas reformas educacionais: Reforma Sampaio Dória (São Paulo/1920); Reforma Lourenço Filho (Ceará/1922); Reforma Carneiro Leão (Distrito Federal/1922); Reforma José Augusto (Rio Grande do Norte/1925); Reforma Lysímaco da Costa (Paraná/1927); Reforma Francisco Campos (Minas Gerais/1927); Reforma Carneiro Leão (Pernambuco/1928); Reforma Fernando Azevedo (Distrito Federal/1928); Reforma Anísio Teixeira (Bahia/1928); Reforma Attílio Vivacqua (Espírito Santo/1929).

Instituto Jean Jacques Rousseau em Genebra. Tais experiências, assimiladas e adaptadas ao gênero brasileiro, deram origem à Escola de Aperfeiçoamento em Minas Gerais (1929), ao Instituto Católico de Estudos Superiores no Rio de Janeiro (1932), ao Instituto de Educação no Rio de Janeiro (1932) e ao Instituto de Educação em São Paulo (1933), contribuindo para o florescimento de novas propostas educacionais (EVANGELISTA, 2002). Nessas instituições, surgiram as primeiras experiências de curso “pós-normal”, considerado o gérmen dos cursos superiores de formação do pedagogo no Brasil (BRZEZINSKI, 2010).

Tomamos aqui a experiência do Instituto de Educação de São Paulo, que teve dentre seus objetivos difundir o ideário do movimento da Escola Nova.

## O Instituto de Educação de São Paulo (IEUSP) e a Experiência Pioneira na Formação de Professores

Também conhecida como Escola Normal da Praça, a Escola Normal de São Paulo foi transformada em Instituto Pedagógico em 1931 (Decreto n.º 4.888/31) por Lourenço Filho, diretor geral da Instrução de São Paulo. O Instituto Pedagógico de São Paulo contava com jardim de infância, escola de aplicação, curso complementar, curso normal e curso de aperfeiçoamento pedagógico, tendo, este último, duração de dois anos e um currículo que compreendia quatro disciplinas: Fisiologia Aplicada à Higiene e ao Trabalho, Pedagogia Geral e História da Educação, Psicologia e suas Aplicações à Educação, e Sociologia. Os candidatos que obtinham diploma no curso de aperfeiçoamento tinham preferência ao serem nomeados como inspetores, delegados de ensino e diretores de grupos escolares (MONARCHA, 1999).

Como diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, Fernando de Azevedo transformou o Instituto Pedagógico em Instituto de Educação em 1933 por meio do Código de Educação do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 5.846/33), e a instituição passou a se destinar à “*formação de professores primários e secundários, diretores e inspetores escolares e aperfeiçoamento do magistério*” (MONARCHA, 1999, p. 334). De fato, a aprovação do Código de Educação do Estado de São Paulo (Decreto 5.884/33) representou uma apropriação do ideário escolanovista na formação de professores. A partir do Código de Educação, a formação do professor primário (curso normal) pas-

sou a ser de dois anos, exigindo-se como pré-requisito para sua realização a integralização do curso secundário fundamental (TANURI, 2000). Deste modo, o Curso Normal centrou-se em disciplinas pedagógicas, distribuídas em três seções: Educação (Psicologia, Pedagogia, Prática de Ensino, História da Educação); Biologia Aplicada à Educação (Fisiologia e Higiene da Criança, Estudo do Crescimento da Criança, Higiene da Escola); e Sociologia (Fundamentos da Sociologia, Sociologia Educacional, Investigações Sociais em nosso meio).

Ao apresentar o Instituto de Educação de São Paulo como objeto de estudo de sua pesquisa, EVANGELISTA (2002) apresenta as origens, o funcionamento bem como o encerramento das atividades desta instituição, afirmando que desde a década de 1910 já havia discussões no plano educacional sobre institucionalizar a formação de professores em nível superior, fato que somente eclodiu, na década de 1920, quando surgiram propostas de criação de centros educacionais em nível superior destinados à formação do magistério.

O Instituto de Educação de São Paulo amparou-se em dois modelos de formação de professores: o primeiro modelo – europeu – era representado pelas Universidades de Louvain, Liège e Gand (Bélgica), mantinha instituições tais como a Escola Normal e a Faculdade de Ciências e Letras; o segundo modelo – norte-americano – conjugava o ensino superior científico e profissional. Neste, o *Teacher's College*, que existia desde 1888, era a instituição que formava profissionais da educação (EVANGELISTA, 2002).

Com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, o Instituto de Educação foi incorporado à universidade, passando a ser uma unidade universitária, do mesmo modo como houve a incorporação do Instituto de Educação pela Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro.

Fétizon (1986) ressalta que a incorporação do Instituto de Educação pela Universidade de São Paulo configurou-se em uma incorporação *sui generis*, visto que esta formação de professores, oferecida em nível superior, tornou-se um nível superior de “segunda categoria”, diante das discriminações que estigmatizaram o Instituto de Educação bem como o profissional do ensino secundário.

A formação de professores primários, a formação pedagógica de professores secundários bem como a formação de administradores escolares tornou-se o núcleo central dos cursos oferecidos pelo IEUSP. Além destes, outros cursos eram oferecidos com organização e duração variadas: cursos equiparados, de

aperfeiçoamento, de especialização, livres ou de extensão universitária (EVANGELISTA, 2002).

## O Curso de Administradores Escolares do IEUSP

Até as primeiras décadas do século XX, as oportunidades de formação continuada para os professores primários eram escassas, uma vez que os poucos cursos existentes eram oferecidos pelas Secretarias de Educação, situadas nas capitais dos estados, com um pequeno número de vagas e com frequência irregular. Os cursos de administradores escolares era uma oportunidade para que os professores primários continuarem seus estudos, já que não havia cursos superiores no interior do estado, e tais professores, em sua maioria, vinham do interior do estado, implicando em uma mudança de vida. Portanto, os cursos de administradores escolares oferecidos pela Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais, pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro e pelo Instituto de Educação de São Paulo passaram a oferecer uma formação especializada (CASTRO, 2007).

Antes da criação dos cursos de administradores escolares, os diretores de grupos escolares eram recrutados entre os professores com maior experiência docente ou, muitas vezes, por indicação de políticos locais, não sendo necessária nenhuma outra formação além do Curso Normal (CASTRO, 2007). Os cursos de administradores escolares, oferecidos pelos Institutos de Educação no início do século XX, deram embasamento para a criação do curso de Pedagogia, que foi criado oficialmente em âmbito nacional no final dos anos 1930. de acordo com a autora: "O Curso de Administração Escolar pode ser considerado como a gênese do Curso de Pedagogia, que tem suas raízes na década de 1930, quando começaram a surgir propostas de criação de Faculdades de Educação" (CASTRO, 2007, p. 201).

Com duração de dois anos letivos, o curso de administradores escolares foi oferecido pelo IEUSP entre 1935 e 1938, e teve como objetivo "formar inspetores e diretores de escolas", conforme o artigo 5º do Decreto n.º 7.067/35, que aprovou o regulamento do IEUSP. Seu curso de administradores escolares teve como objetivo formar inspetores e administradores escolares para atuação no sistema regular de ensino. Ao candidato interessado, o curso apresentava alguns



pré-requisitos, tais como: ser portador de diploma de professor secundário ou professor primário em nível superior, além de ter experiência profissional de, pelo menos, dois anos no magistério (EVANGELISTA, 2002), destinando-se a profissionais que tivessem interesse em assumir a função de diretor em grupos escolares ou trabalhar no sistema regular de ensino na qualidade de inspetor escolar.

No estado de São Paulo, a inspeção escolar tornou-se uma preocupação do poder público desde o período imperial, com a aprovação do Ato Adicional de 1834, que determinava que as províncias se responsabilizariam pela administração do ensino primário. A partir daí, os inspetores escolares começaram a ganhar destaque no sistema educacional brasileiro, havendo a necessidade de formação de inspetores escolares, profissionais voltados, basicamente, à fiscalização do funcionamento das escolas, da matrícula e da frequência dos alunos e dos professores (MARTELLI, 1972). No caso do estado de Minas Gerais, estudos indicam que o papel atribuído ao inspetor escolar foi modificando ao longo do tempo, deixando de ser um fiscal do ensino para voltar-se às questões pedagógicas (BICCAS e FARIA FILHO, 2012).

Para Fonseca (2008), a inspeção escolar foi a base para a constituição da profissão do pedagogo no Brasil. A legislação que deu organização ao Ensino Secundário (Decreto 19.890/31) determinava que os inspetores escolares seriam nomeados por meio de concurso público e, para inscrever-se no concurso, o candidato deveria ser brasileiro, ter entre 22 e 35 anos de idade, apresentar atestado de idoneidade moral e comprovar aprovação em todas as disciplinas do curso secundário. Esta última exigência seria substituída, caso o candidato possuísse certificado especial de estudos na Faculdade de Educação, Ciências e Letras (BRASIL. Decreto 19.890/31). Além disso, o artigo 60 previa que: “Os concursos, a que se refere o art. 58, versará sobre todas as disciplinas da secção em que se inscrever o candidato a inspetor e, ainda, sobre **Pedagogia geral e Metodologia das mesmas disciplinas**” (BRASIL. Decreto 19.890/31, grifo nosso). Deste modo, fica evidente que, a partir de 1931, a seleção de inspetores para o ensino secundário voltava-se não apenas para o domínio de conteúdos disciplinares, como também para conteúdos da área educacional, vistos a partir de então como saberes necessários ao trabalho técnico-pedagógico.

A matrícula no curso exigia alguns pré-requisitos, tais como: ser portador de diploma de professor secundário ou professor primário, além de possuir ex-

perícia profissional de, pelo menos, dois anos no magistério (EVANGELISTA, 2002). O curso destinava-se a profissionais que tivessem interesse em assumir a função de diretor em grupos escolares ou trabalhar no sistema regular de ensino na qualidade de inspetor escolar. Deste modo, o curso de administradores escolares tinha como objetivo formar técnicos em educação, recrutando candidatos que já possuíam uma experiência profissional a fim de que tais candidatos obtivessem uma compreensão a respeito das questões educacionais:

Parece ficar claro que este curso compunha a outra face, extremamente importante, do Instituto que era a de formar técnicos em educação. Tal formação tinha critérios rigorosos. De um lado o candidato deveria estar envolvido na vida profissional, de outro ter um nível de conhecimento que possibilitasse a compreensão da educação sob duplo ponto de vista, teórico e prático. A exigência de dois anos de efetivo exercício no magistério resguardava a face prática do curso que aconteceria a partir de problemas vividos pelas escolas, reforçando aqui a idéia, já discutida neste trabalho, da necessidade que o Instituto manifestava de enraizar-se na rede de ensino através de múltiplos modos de formação de seus profissionais, caso aplicável também ao Curso de Aperfeiçoamento. A formação anterior era importante, pois que a lida com a escola exigia o conhecimento científico da educação. (EVANGELISTA, 2002, p. 162-163).

Dados de Evangelista (2002) indicam uma queda gradual no número de matrículas ao longo dos anos em que o curso foi oferecido. No primeiro ano (1935), o curso contou com 33 alunos matriculados. Em 1936, havia 60 alunos matriculados nos 1º e 2º anos. Em 1937, o curso contava com 51 alunos matriculados nos 1º e 2º anos. Em 1938 contou com apenas 41 alunos (1º e 2º anos). Os dados também revelam que uma grande maioria dos alunos era proveniente de cidades do interior do estado de São Paulo, sendo um público predominantemente feminino. De 1936 a 1938, o IEUSP diplomou 75 administradores escolares<sup>4</sup>.

Os prontuários de ex-alunos dos cursos de formação de professor primário, secundário e administrador escolar, disponíveis no Acervo Histórico Caetano de Campos, apresentam os documentos necessários à matrícula dos candidatos ao curso de administradores escolares, tais como: carta de requerimento de matrícula endereçada ao diretor do Instituto de Educação, certifi-

---

<sup>4</sup> Dentre os candidatos que receberam diploma de Administrador Escolar pelo IEUSP, consta o nome da professora Nadyr Gouveia Kfourí (1913-2011), ex-reitora da PUC-SP, diplomada em 1936, primeira turma do curso (Evangelista, 2002).

cado de aprovação no exame vestibular expedido pela secretaria do próprio Instituto, atestado de bons antecedentes, comprovante do pagamento da taxa de matrícula, ficha cadastral do aluno (nome completo, data de nascimento, endereço, nacionalidade, filiação e profissão do pai), e atestado de vacinação contra varíola.

O curso contava com um total de sete disciplinas, sendo cada uma sob a responsabilidade de um professor catedrático. No primeiro ano, eram oferecidas Higiene Escolar (Almeida Júnior), Psicologia Educacional (Noemy Silveira Rudolfer) e Estatística (Milton da Silva Rodrigues). No segundo ano, eram oferecidas Sociologia Educacional (Fernando de Azevedo), Filosofia da Educação (Roldão Lopes de Barros) e Educação Comparada (Milton da Silva Rodrigues). Administração e Legislação Escolar, oferecida por Roldão Lopes de Barros, era a única disciplina presente nos dois anos do curso. No 1º ano eram estudadas as “bases” da Administração, e no 2º ano eram trabalhados “os sistemas e as técnicas”. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1936).

O curso previa os estudos do processo científico bem como a contribuição das diversas áreas de conhecimento, tais como a psicologia, a sociologia, a filosofia, a economia e a história, aplicáveis à administração escolar. Durante o período de difusão do movimento da Escola Nova, a formação e a qualificação dos profissionais da educação passaram a ser a meta dos renovadores da educação, uma vez que a falta de aplicação dos métodos científicos era vista como a principal causa dos problemas da situação educacional no país. A cientificidade defendida pelos renovadores era um requisito necessário ao desenvolvimento educacional e econômico da nação. Seus professores deveriam promover investigações voltadas para:

- 1 - ação do Governo e medidas tomadas para realizar os desejos e necessidades da comunidade no que se refere à educação e à organização da educação pública, em relação com os governos do Município, dos Estados e da União;
- 2 - a parte econômica do programa da educação;
- 3 - a prática do censo e da obrigatoriedade escolar;
- 4 - a organização de escolas e de classes, atendendo às diferenças existentes entre os alunos no que se refere à inteligência, resultado de trabalho, condições físicas e tendências vocacionais;
- 5 - o desenvolvimento de programa de estudos e de cursos que tenham em conta as diferenças individuais e os fins sociais que a escola deve realizar;
- 6 - a prática, a inspeção e a remuneração do pessoal docente;
- 7 - a cooperação da escola com as outras instituições sociais;
- 8 - a provisão de edifícios e de mobiliário adequado, para o melhor desen-

volvimento do programa escolar; 9 - a administração dos negócios escolares; 10 - A informação ao público dos trabalhos realizados (SÃO PAULO. Decreto 5.884/33).



**Figura 1** - Diploma do Curso de Administração Escolar (1936)

Fonte: Diploma de Nanette Helena Hermann  
(Arquivo Histórico Caetano de Campos)

Em 1938, as atividades realizadas no Instituto de Educação foram encerradas devido à sua extinção (Decreto estadual n.º 9.269/38), e o Instituto de Educação foi transformado em Seção de Educação, sendo seu corpo docente absorvido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Nas palavras de Bontempi Jr (2011), foi desfeito o projeto de educação de Fernando de Azevedo e dos demais renovadores envolvidos:

(...) alegando que um dos principais objetivos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era justamente preparar o magistério secundário, o Governo do Estado de São Paulo extinguiu o Instituto de Educação para atribuir a ela a formação pedagógica em nível universitário. Desfez, assim, com um só golpe as expectativas do projeto de Azevedo e dos professores, que não mais contariam com os projetados “Instituto de Pesquisas Educacionais” e “Faculdade de Educação”. Pelo

mesmo decreto, o Governo determinou a transferência dos professores efetivos da Escola de Professores para a Seção de Educação (depois, Seção de Pedagogia) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fazendo com que esta passasse a contar, já a partir do segundo semestre de 1938, com novos professores, acompanhados de alguns de seus antigos assistentes (BONTEMPI JÚNIOR, 2011, p. 193).

A indignação de Fernando de Azevedo diante do encerramento das atividades do Instituto de Educação pode ser vista neste depoimento:

Estou vendo que todos os nossos esforços serão inúteis. Destes cinco anos de trabalho ininterrupto que ficou, que me reservaram? Da obra, nada ficou: foi tudo integralmente destruído. Não ficou pedra sobre pedra. É como se tivesse passado um furacão. Tomaram-nos de assalto os edifícios e as instalações, que pertencem ao Instituto e à Universidade, secretaria, biblioteca, laboratórios, contínuos e entregaram a uma instituição igual às outras escolas normais e estranha e incorporável a um sistema universitário (AZEVEDO *apud* PENNA, 1987, p. 48).

Para Evangelista (2002), a extinção do Instituto de Educação contou com a forte interferência dos católicos, uma vez que a perseguição aos defensores da educação laica consolidava-se desde o início dos anos 1930, contando, ainda, com a organização de associações e periódicos, além da extinção do Instituto de Educação de São Paulo ser simultânea à extinção do Instituto de Educação do Distrito Federal.

## A Criação do Curso de Pedagogia no Brasil

Os anos 1930 são vistos pela história da educação brasileira como um marco referencial da modernidade, representado pela transição do modelo econômico agroexportador para o modelo industrial, o processo de urbanização, a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o início do Estado Novo em 1937. No campo educacional, a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930) ocorreu como uma das primeiras iniciativas do Governo Vargas, gerando algumas regulamentações no sistema educacional, tais como a organização do ensino superior (Decreto 19.852/31) e do ensino secundário (Decreto 19.890/31), a institucionalização do movimento escolanovista que se oficializou por meio de várias reformas educacionais e por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), movimento renovador que já vinha se incorporando no sistema educacional na década seguinte, com a fundação da

Associação Brasileira de Educação (ABE), formada por educadores brasileiros que buscavam novos ideais, pautados na defesa de uma escola pública e laica, questionando o sistema tradicional de ensino.

O período do Estado Novo (1937-1945) coincidiu com a vigência da Segunda Guerra Mundial. Neste período, houve algumas iniciativas por parte do governo federal no sentido de dar organicidade ao sistema educacional brasileiro: em 1938 foram criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a União Nacional dos Estudantes (UNE); em 1939 foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa e a extinção da Universidade do Distrito Federal, e sua incorporação à Universidade do Brasil; em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e também a organização de alguns níveis de ensino, com a aprovação das Leis Orgânicas (Ensino Secundário, Ensino Industrial e Ensino Comercial). Durante o Estado Novo, foi implementada a campanha de nacionalização das escolas, medida que impediu as escolas de estrangeiros – principalmente, alemães e italianos, localizadas nas colônias das regiões sul e sudeste – ministrassem o ensino em suas línguas de origem, sendo obrigatório o ensino da língua portuguesa como idioma oficial em todas as escolas brasileiras (SOARES, 1997). Nesse sentido, a função do inspetor escolar fez-se fortemente necessária para que se efetuassem o projeto de governo, com a efetiva fiscalização do ensino da língua materna nas escolas dos imigrantes, bem como o levantamento do número de matrículas de alunos e o efetivo trabalho docente.

Foi neste contexto que se criou oficialmente o curso de Pedagogia no Brasil em 1939, quando se procurou trazer organicidade à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFil) por meio do Decreto-Lei n.º 1.190/39, sendo imposto seu formato curricular como “padrão federal” a ser seguido pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de todo o país. O principal objetivo da FNFil foi o aperfeiçoamento da ciência no país, elegendo a pesquisa como eixo norteador. Nesse intuito, a formação de professores viria de forma secundária, buscando suprir uma carência na formação de professores para atuação no ensino secundário (BRZEZINSKI, 2010).

O curso de Pedagogia vinha sendo almejado nos meios educacionais desde o início dos anos 1930, com as experiências desenvolvidas nos Institutos de Educação da Universidade de São Paulo, da Universidade do Distrito Federal e da Universidade de Minas Gerais. Embora o movimento renovador de edu-

cação tenha impulsionado diversas reformas e projetos no campo educacional nos anos 1920 e 1930, a criação oficial do curso de Pedagogia ocorreu durante o regime do Estado Novo (1937-1945), e o curso “estruturou-se administrativamente na esteira dos atos centralizadores baixados em plena vigência da ditadura de Vargas” (BRZEZINSKI, 2010, p. 40). Neste sentido, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) manteve “a dupla função de formar bacharéis e licenciados para várias áreas” (SILVA, 1999, p. 11). A formação de professores ficou também marcada por seu “caráter prático e utilitário” por ficar atrelada ao “padrão federal” (BRZEZINSKI, 2010).

A FNFi foi organizada em cinco seções, cada qual com seus respectivos cursos. As seções de Filosofia e Pedagogia eram as únicas seções que ofereciam, cada qual, um único curso. O curso de Pedagogia, vinculado à seção de mesmo nome, foi concebido como um curso de bacharelado – semelhante aos demais cursos oferecidos pela FNFi – e visava a formação de técnicos em educação, cargo que seria exercido por pedagogos no Ministério da Educação a partir de 1943, conforme determinava o artigo 51 do Decreto-Lei n. 1.190/39.

Os cursos de bacharelado da FNFi possuíam duração de três anos letivos e, após a sua conclusão, o candidato recebia o grau de bacharel no curso realizado. O curso de Pedagogia obteve a seguinte estrutura curricular: no primeiro ano, Complementos de Matemática, História da Filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da Educação e Psicologia Educacional; no segundo ano, Estatística Educacional, História da Educação, Fundamentos Biológicos da Educação, Administração Escolar e Psicologia Educacional; e no terceiro ano, Filosofia da Educação, História da Educação, Educação Comparada, Administração Escolar e Psicologia Educacional (BRASIL. Decreto-Lei 1.190, 1939).

A maioria das disciplinas era oferecida em apenas um ano letivo, enquanto poucas ocupavam um espaço maior na formação do pedagogo, aparecendo em dois anos – tais como História da Educação e Administração Escolar – ou sendo oferecida em todos os anos letivos – como foi o caso da Psicologia Educacional.

A presença da Psicologia Educacional nos três anos do curso de Pedagogia estaria fortemente relacionada à formação do orientador educacional. A explicação está na organização da Escola de Professores do Instituto de Educação de São Paulo (Código de Educação de 1933), que distribuiu o conhecimento da área pedagógica em cinco sessões: Educação, Biologia aplicada à educação,

Psicologia educacional, Sociologia educacional e Prática de ensino. Apresentada como terceira seção da Escola de Professores, a Psicologia Educacional oferecia como elementos: o estudo da psicologia da criança e do adolescente, a psicologia aplicada à educação, a aplicação de testes e escalas, e o serviço de orientação profissional (SÃO PAULO. Decreto 5.884/33).

No caso da presença marcante da Psicologia Educacional no curso de Pedagogia, ANTUNES (2008) apresenta estudos a respeito do espaço da Psicologia no campo acadêmico, e assinala que as Escolas Normais – embora de forma incipiente – teriam se constituído em espaços de discussão acerca da criança e do processo educativo, a partir de temáticas como aprendizagem, desenvolvimento e outros. Tais instituições teriam contribuído para o florescimento dos estudos psicológicos no Brasil, tendo em vista a íntima relação entre psicologia e educação:

Pode-se afirmar que o processo pelo qual a psicologia conquistou sua autonomia como área de saber e o incremento do debate educacional e pedagógico nas primeiras décadas do século XX estão intimamente relacionados, de tal maneira que é possível afirmar que psicologia e educação são, historicamente, no Brasil, mutuamente constituintes uma da outra. Esse momento foi responsável pela consolidação da articulação entre psicologia e educação, dando as bases para a penetração e a consolidação daquilo que nos Estados Unidos e Europa já se desenvolvia sob a denominação de psicologia educacional (ANTUNES, 2008, p. 471).

No entanto, outras legislações que se seguiram paralelamente à criação oficial do curso de Pedagogia, ajudam-nos a esclarecer que o Ministério da Educação e Saúde necessitava de profissionais – técnicos em educação – que viriam cumprir algumas funções pré-estabelecidas. Uma dessas legislações é a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que regulamentava sobre a função do orientador educacional:

Art. 81 – É função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família. Art. 82 – Cabe ainda à orientação educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar por que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica (BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244/42).



Os reformadores sociais buscavam pela emergência de uma Pedagogia Científica, algo que fosse capaz de “pensar pela educação”. De acordo com MONARCHA (1992), a ciência não foi uma invenção da Escola Nova, por isso:

(...) a incorporação das ciências fontes da educação promoveu deslocamento no interior da Pedagogia. O seu estatuto de cientificidade foi construído, a partir de uma **Sociologia (durkheimiana) originária do positivismo**, que elaborou os pressupostos do corporativismo; de uma **Biologia largamente tributária das teses eugenistas de Galton; de uma Psicologia funcionalista** (cuja melhor expressão é Edouard Claparède), para a qual a busca da adaptação comportamental, a partir das diferenças individuais, é uma constante, é o princípio do interesse dado como análogo à noção de libido, tal como concebida por Freud (MONARCHA, 1992, p. 46, grifo nosso).

Os reformadores sociais apropriaram-se das ciências, principalmente, da Sociologia, da Biologia e da Psicologia, transformando-as em suporte para uma série de iniciativas que seriam realizadas no campo educacional. A Pedagogia e as ciências fontes da educação transformaram-se em “saberes solidários”, tendo como alvo o homem comum. Para os normalistas, seria necessário tematizar a Psicologia, não para conhecer as diferenças individuais, mas para construir o caminho rumo à adaptação do homem à sociedade.

Embora o curso de Pedagogia visasse à formação de técnicos para exercício em cargos administrativos, a formação de professores para atuação nas Escolas Normais foi sua grande função. Para obter a *licença* ao magistério secundário e lecionar nas Escolas Normais, o bacharel em Pedagogia deveria cursar o grupo de disciplinas do Curso de Didática, vinculado à Seção de Didática, de apenas um ano letivo. Apenas o curso de Didática habilitava os bacharéis ao exercício do magistério secundário. O curso de Didática era composto por um grupo de seis disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação. Essa estrutura de ensino ficou popularmente conhecida como “esquema 3+1”, pois licenciava o professor para atuar no ensino secundário e/ou no curso normal. Surgia, então, o conceito de *licenciado*: o bacharel que cursava o grupo de disciplinas do curso de Didática, diplomando-se pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, obtendo a *licença* ao magistério secundário. Os professores dos cursos profissionalizantes e das disciplinas técnicas e/ou artísticas não obtinham esse grau (CASTRO, 1973).

Para o bacharel em Pedagogia obter a *licença* ao magistério secundário, bastava cursar apenas duas disciplinas (Didática Geral e Didática Especial), já que as demais disciplinas faziam parte do próprio currículo do curso de bacharelado: “Art. 58 – Os bacharéis em pedagogia, que se matricularem no curso de didática, não serão obrigados à freqüência nem aos exames das disciplinas, que hajam estudado no curso de pedagogia” (BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.190/39).

Deste modo, a formação do pedagogo apoiou-se na concepção de uma cultura *bacharelesca*, em que, prioritariamente, privilegiou-se o domínio dos conteúdos científicos e, posteriormente, a oferta de uma “complementação pedagógica” como meio para se formar o futuro professor. Tal modelo de formação docente desarticulava-se das complexidades e especificidades que envolviam o trabalho docente. Os estudos de CRUZ (2011) apontam que o curso de Pedagogia, em sua primeira fase de existência, apresentava uma formação de ampla dimensão teórica, centralizando-se nos estudos clássicos da educação, sendo predominante o apoio em uma bibliografia predominantemente estrangeira, o que exigia, por parte dos alunos, um domínio de diferentes línguas, trazendo aos alunos o hábito de estudos em grupos. O curso de Pedagogia foi concebido como um curso tradicional, sendo fortemente marcado pelo predomínio de aulas expositivas, trabalhos de interpretação de texto e provas de argüição oral.

## Considerações Finais

A profissão docente no Brasil começou a ganhar visibilidade a partir das primeiras décadas do século XX, quando houve uma demanda pela escolarização, acelerando o processo de formação de seus professores. Os cursos de administradores escolares foram oferecidos pelos Institutos de Educação em um momento de renovação pedagógica, visando formar administradores e inspetores escolares para o trabalho a ser desenvolvido nos grupos escolares e nos órgãos administrativos. Os cursos de administradores e inspetores escolares serviram de base para a criação do curso de Pedagogia (CASTRO, 2007).

Deste modo, o curso de Pedagogia se firmou como uma continuidade natural do Curso Normal (CRUZ, 2011), em um contexto em que se almejava

a formação de técnicos educacionais para atuação nos cargos administrativos e a formação de professores para atuação nas Escolas Normais. As práticas profissionais estavam focadas no recenseamento, na inspeção e na administração escolar, na classificação e na seleção de alunos.

Durante o período da Escola Nova, a formação dos profissionais da educação passou a ser a principal preocupação dos renovadores da educação, pois a falta de aplicação dos métodos científicos era vista como a principal causa dos problemas da situação educacional do país. A cientificidade defendida pelos renovadores era um requisito necessário ao desenvolvimento educacional e econômico do país.

Percebe-se uma enorme semelhança entre os currículos do curso de administradores escolares do IEUSP (1935-1938) e do curso de Pedagogia (Decreto-Lei 1.190/39). Ambos foram compostos por disciplinas da área de Fundamentos da Educação (História, Filosofia, Psicologia, Sociologia e Biologia), além da Estatística Educacional, da Educação Comparada e da Administração Escolar. O curso de administradores escolares do IEUSP possuía um rol de disciplinas que, mais tarde, acabou compondo o currículo do curso de Pedagogia, criado oficialmente em 1939, conforme assinalamos no Quadro 1:

<b>Administradores Escolares (IEUSP)</b>	<b>Pedagogia (Decreto-lei 1.190/39)</b>
Higiene Escolar (1º ano)	Fundamentos Biológicos da Educação (1º ano)
Psicologia Educacional (1º ano)	Psicologia Educacional (1º, 2º e 3º anos)
Estatística (1º ano)	Estatística Educacional (2º ano)
Sociologia Educacional (2º ano)	Sociologia (1º ano) Fundamentos Sociológicos da Educação (2º ano)
Filosofia da Educação (2º ano)	Filosofia da Educação (3º ano)
Educação Comparada (2º ano)	Educação Comparada (3º ano)
Administração e Legislação Escolar (1º e 2º anos)	Administração Escolar (2º e 3º anos)

**Quadro 1** - Cadeiras dos Cursos de Administradores Escolares (IEUSP) e Pedagogia (Decreto-Lei 1.190/39)

Com a extinção do IEUSP em 1938, seu corpo docente foi transferido para a Seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, e o curso de Pedagogia da FFCL/USP, criado em 1940, contou, inicialmente, com o trabalho dos professores catedráticos que pertenciam ao IEUSP.

Várias cadeiras do curso de administradores do IEUSP foram oferecidas pelos mesmos professores catedráticos no curso de Pedagogia da FFCL/USP (USP, 1943), conforme se pode verificar no Quadro 2:

<b>Administradores Escolares (IEUSP)</b>	<b>Pedagogia da FFCL/USP (1943)</b>
	História da Filosofia (Jean Maugüe)
	Complementos de Matemática (Fernando Furquim de Almeida)
Higiene Escolar (Almeida Júnior)	Fundamentos Biológicos da Educação e Higiene Escolar (André Dreyfus)
Psicologia Educacional (Noemy da Silveira Rudolfer)	Psicologia Educacional (Noemy da Silveira Rudolfer)
Educação Comparada e Estatística (Milton da Silva Rodrigues)	Educação Comparada e Estatística Educacional (Milton da Silva Rodrigues)
Sociologia Educacional (Fernando de Azevedo)	Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação (Fernando de Azevedo)
Filosofia da Educação (Roldão Lopes de Barros)	História da Educação e Filosofia da Educação (Roldão Lopes de Barros)
Administração e Legislação Escolar (Roldão Lopes de Barros)	Administração Escolar (Roldão Lopes de Barros)

**Quadro 2** - Cadeiras dos Cursos de Administradores Escolares (IEUSP) e Pedagogia da FFCL/USP (1943)

Katsios (1999) salienta que diante do clima tenso que se instaurou devido à extinção do IEUSP e à transferência de seus professores, a criação do curso de Pedagogia da FFCL/USP correspondeu à segunda fase da efetiva existência de um curso superior destinado à formação de profissionais, já que a primeira fase correspondeu à existência do próprio IEUSP, que contribuiu na formação de professores primários e secundários, além da formação de técnicos de ensino e do aperfeiçoamento de professores da rede de ensino.

---

**RESUMO:** As transformações econômicas e culturais pelas quais passou o país nas primeiras décadas do século XX teriam concebido a escola como a instituição responsável pelo desenvolvimento e progresso do país. A demanda pela escolarização no início do século XX exigiu uma formação de professores para atuação nas escolas elementares, e as Escolas Normais foram instituições responsáveis pela formação de professores de primeiras letras. Nessas instituições, surgiram as primeiras experiências de curso “pós-normal”. A Escola Normal foi considerada o gérmen dos cursos superiores de formação do pedagogo no Brasil (BRZEZINSKI, 2010). Este trabalho teve como objetivo contextualizar historicamente o curso de administradores escolares, oferecido pelo Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (IEUSP) entre 1935 e 1938. Fundamentando-se na perspectiva da história do currículo, esta pesquisa dialogou especialmente com as ideias centrais de Ivor Goodson, que compreende o currículo como construção social, investigando como e por que determinado conhecimento é ensinado em determinado contexto histórico. A metodologia de pesquisa apoiou-se na análise documental, partindo da revisão bibliográfica referente ao tema, e o estudo dos programas de ensino, da legislação educacional e dos prontuários e diplomas de ex-alunos obtidos no Acervo Histórico Caetano de Campos.

**Palavras-chave:** curso de administradores escolares; curso de Pedagogia; Escola Nova.

**ABSTRACT:** The economic and cultural transformations that the country underwent in the early decades of the twentieth century would have designed the school as the institution responsible for the development and progress of the country. The demand for schooling in the early twentieth century required a teacher preparation to act in elementary schools, and Normal Schools have been the institutions responsible for preparing teachers of first letters. In these institutions, emerged the first experiences of “post-normal” course. The Normal School was considered the germ of higher education in the teacher preparation in Brazil (BRZEZINSKI, 2010). The present study aimed to contextualize historically the course of school administrators, offered by the Institute of Education of University of São Paulo (IEUSP) between 1935 and 1938. Basing on the perspective of the history of curriculum, this research spoke especially with the central ideas of Ivor Goodson, comprising the curriculum as a social construction, investigating how and why certain knowledge is taught in a particular historical context. The research methodology was based on documentary analysis, based on the bibliographical review on the topic, and the study of curricula, the education laws and medical records and diplomas of ex-alumni obtained in Caetano de Campos Historical Collection.

**Keywords:** school administrators course; pedagogy course; New School

## Referências

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**. V. 12, n. 2, Campinas, dez/2008. p. 469-475.

BICCAS, M.; FARIA FILHO, L. M. Educação e Modernidade: a Estatística como estratégia de conformação do campo pedagógico brasileiro (1850-1930). **Educação e Filosofia**. v. 14, n.º 27/28, jan./jun. e jul./dez. 2000. p. 175-201.

BONTEMPI JUNIOR, B. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**. V. 41, n. 142, jan./abr. 2011. p. 188-207, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. In: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm)> Acesso em: 16/09/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 1.190, de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. In: NÓBREGA, Vandick Londres da. **Enciclopédia da Legislação do Ensino**. Rio de Janeiro, s.n., v. 1, p. 562-570, s.d.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20rio.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20rio.htm)> Acesso em 17/09/2013.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2010.

CASTRO, A. D. Redefinição da Didática. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 59, n. 129, jan/mar. 1973, p. 1-205.

CASTRO, M. A formação de professores e gestores para os anos iniciais da educação básica: das origens às diretrizes curriculares nacionais. **RBPAAE**. V. 23, n.º 2, p. 199-227, mai-ago/2007. In: seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19126/11121 (acesso em 03/10/2011).

CRUZ, G. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

EVANGELISTA, O. **A formação universitária do professor: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)**. Florianópolis (SC): Cidade Futura, 2002.

FÉTIZON, B. A. M. **Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FE-USP, 1986.

FONSECA, M. V. R. **Entre especialistas e docentes: percursos históricos dos currículos de formação do pedagogo na FE/UFRJ**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

KATSIOS, K. A. A. **Um estudo sobre o curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1940-1969)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

MARTELLI, A. F. **Inspeção escolar: contribuição para seu estudo em São Paulo**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: FE/USP, 1972.

MATE, C. H. **Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Edusc: Bauru, 2002.

MIGUEL, M.E.B.; VIDAL, D.G.; ARAÚJO, J.C.S. **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MONARCHA, C. As três fontes da pedagogia científica: a psicologia, a sociologia e a biologia. **Didática**. São Paulo, v. 28, p. 41-49, 1992.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 13-34.

PENNA, M. L. **Fernando de Azevedo: educação e transformação**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 5.884, de 21 de abril de 1933**. Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. In: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto%20n.5.884,%20de%2021.04.1933.html>> (Acesso em 15/09/2013)

\_\_\_\_\_. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Decreto n.º 7.067, de 06 de abril de 1935**. Aprova o Regulamento do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SOARES, R. V. **Spini nei fiori: a “nacionalização” das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na era Vargas**. Vitória: Centro Educacional Charles Darwin, 1997.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, 2000, p. 61-88.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Educação. **Programas dos Cursos Regulares e Extraordinários para o ano de 1936**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

\_\_\_\_\_. **Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para 1943**. São Paulo: Seção de Publicações, 1943.

Recebido em Agosto 2013

Aprovado em Outubro 2013